



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
C U L T U R A

INFORMAÇÃO	
Processo	28764/2025
Data:	05/02/2026
De:	Secretaria de Cultura, Secretaria de Turismo e Secretaria de Esporte e Lazer
Assunto:	Análise e Manifestação de recurso - Pregão eletrônico nº 90153/2025

Trata-se de processo administrativo para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Locação de telão de led, transmissão simultânea para telão e Video Jocker - VJ para eventos**, para atender as necessidades da Secretaria de Cultura, Secretaria de Turismo e da Secretaria de Esporte e Lazer pelo período de 1 (um) ano.

Em atendimento à solicitação do Pregoeiro da Comissão Permanente de Pregão III, referente ao Pregão Eletrônico nº 90.153/2025, oriundo do Processo Administrativo nº 28764/2025, as Secretarias Requisitantes apresentam a presente análise e manifestação sobre os aspectos técnicos levantados no recurso interposto pela empresa Recorrente, FP AUDIO SONORIZAÇÃO & ILUMINAÇÃO em especial no que tange à capacidade técnica de atendimento ao serviço solicitado ofertado pela empresa YOLO PRODUÇÕES LTDA (Recorrida).

I - ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO E DAS CONTRARRAZÕES:

Em atenção ao recurso administrativo interposto pela empresa FP AUDIO SONORIZAÇÃO & ILUMINAÇÃO, apresenta-se a seguinte manifestação, com o objetivo de subsidiar a decisão do Pregoeiro, analisando os aspectos técnicos e jurídicos pertinentes ao caso.

Em relação ao mérito do apontamento arguido pela Recorrente sobre **a falsa declaração de posse de programa de integridade** entendemos que a averiguação desta questão, não cabe as secretarias requisitantes, sendo essa competência excepcional da Comissão de Licitação responsável pela execução correta do pregão.





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
C U L T U R A

A empresa recorrente alega que os valores vencedores são inexecutáveis e incompatíveis com a realidade de custos de execução do mercado. Para isso, demonstra o planejamento de seus próprios custos operacionais como parâmetro. O custo de serviço e execução de uma empresa não pode ser padronizado sob pena de incursão em erro, uma vez que cada uma detém uma realidade diversa da outra. Porém, pela importância do questionamento referente à inexecutabilidade dos valores que podem acarretar na inexecução integral ou parcial do serviço devem ser levadas em consenso, tendo em vista sua extensão de danos, razão pela qual, integrará a diligência a ser solicitada ao final desta manifestação.

Salienta-se que a empresa recorrida manifestou-se anteriormente nos autos alegando que seu custo de serviço é mais econômico por possuir as placas de LED e que seu custo somente se limitava à logística de transporte, montagem, desmontagem e execução. O alegado deverá ser comprovado em diligência a ser solicitada ao final.

A empresa YOLO PRODUÇÕES LTDA apresentou, inicialmente, documentação compatível com as exigências editalícias, incluindo certidões de regularidade fiscal válidas, inexistência de sanções registradas na plataforma CEIS e apresentação de atestados de capacidade técnica, que apesar de demonstrarem a execução de serviços similares ao objeto contratado, não comprovam, de forma plena, a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto licitado.

Como dito, os documentos apresentados não comprovam, de forma expressa e inequívoca, a capacidade operacional para atendimento simultâneo de múltiplos eventos de médio e grande porte, exigência expressamente prevista no edital, considerando tratar-se de contratação compartilhada por três Secretarias distintas, com calendários independentes e possibilidade concreta de eventos concomitantes.

Destaca-se que o instrumento convocatório estabelece como requisito mínimo a capacidade de atendimento de ao menos **03 (três) eventos simultâneos**, condição essencial para garantir a continuidade dos serviços públicos e a plena execução contratual.

A empresa Recorrente traz elementos relevantes em sua manifestação, especialmente quanto ao risco de inexecução parcial ou total do contrato, o que poderia gerar prejuízos à Administração Pública, aos municípios e à programação institucional das Secretarias envolvidas.





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
C U L T U R A

Cumprе destacar que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, impõe à Administração Pública a observância, dentre outros, dos princípios da legalidade, eficiência, planejamento, segurança jurídica, interesse público e vinculação ao edital, devendo tais diretrizes orientar toda a condução do certame e da futura execução contratual.

Adicionalmente, o art. 11 da mesma Lei estabelece que o processo licitatório deve assegurar seleção da proposta apta a gerar resultado vantajoso para a Administração, com avaliação concreta da capacidade do contratado em cumprir integralmente o objeto pactuado.

A utilização de telão de LED é importante para a realização de um evento de qualidade, apresentando ao público o melhor resultado possível quando ao serviço prestado. Não é admissível que, em algum momento, a empresa recorrida venha a faltar com sua obrigação, causando um prejuízo sem precedente à Administração Pública, além de ferir a economicidade e a eficácia do ato público.

Cumprе ressaltar que a prestação inadequada dos serviços contratados, ainda que sujeita a penalidades futuras, não elimina os danos decorrentes da frustração de eventos públicos, tampouco mitiga os impactos administrativos, financeiros e sociais decorrentes da eventual necessidade de nova contratação, em afronta aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Registra-se que eventual falha na execução contratual, ainda que passível de sanções, não elimina os prejuízos institucionais decorrentes da interrupção de eventos públicos, além de impactar diretamente a gestão contratual prevista no art. 147 da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de fiscalizar, acompanhar e assegurar a adequada prestação dos serviços.

Em suas contrarrazões, a empresa Recorrida limitou-se a alegar que sua documentação já havia sido aceita pela Administração, não enfrentando objetivamente os questionamentos quanto à capacidade operacional simultânea levantados no recurso.

Em análise preliminar, a documentação apresentada foi considerada formalmente compatível com as exigências editalícias. Contudo, em razão dos apontamentos específicos trazidos no recurso administrativo interposto, que suscitam questionamentos objetivos acerca da





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
C U L T U R A

execução dos serviços atestados, esta Administração, no exercício do poder-dever de autotutela e com fundamento no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, entende necessária a realização de diligência complementar, exclusivamente para fins de esclarecimento, visando sanar dúvidas objetivas quanto à real capacidade técnica da empresa.

A diligência ora proposta tem caráter exclusivamente esclarecedor, não implicando inovação documental, mas apenas a comprovação material daquilo que já foi declarado pela licitante durante a fase de habilitação.

Nesse sentido, propõe-se a realização de **visita técnica com amostragem prática do serviço**, a ser acompanhada pela equipe técnica das Secretarias Requisitantes, ocasião em que a empresa deverá:

- Realizar a montagem de telão de LED no tamanho de 8m x 3m, em pleno funcionamento;
- Realizar a montagem de um pórtico nas seguintes metragens - painel lateral direito e painel lateral esquerdo no tamanho 1 m x 4m cada e painel superior no tamanho 7m x 1m;
- Apresentar todos os equipamentos ofertados na listagem fornecida pela empresa no certame. Os mesmos deverão estar em funcionamento para verificação;
- Demonstrar a operacionalização simultânea dos equipamentos;
- Disponibilizar as notas fiscais de aquisição de todos os equipamentos mencionados na listagem ofertada pela própria empresa, para verificação da titularidade, compatibilidade com o objeto licitado e custo operacional.

Ressalta-se que a medida encontra respaldo nos arts. 5º, 11, 64 e 147 da Lei nº 14.133/2021, tendo por finalidade fortalecer a instrução processual, prevenir eventual inexecução contratual e preservar o interesse público, especialmente diante da relevância institucional dos eventos promovidos pelas Secretarias envolvidas.

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante do exposto, as Secretarias Requisitantes solicitam:





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
C U L T U R A

- A determinação de **visita técnica com amostragem do serviço *in loco***, a ser realizada no dia **04 de março de 2026**, na sede da empresa Recorrida, com apresentação integral dos equipamentos declarados, montagem e funcionamento do telão e do pórtico nos tamanhos especificados e comprovação documental de aquisição dos bens.
- Solicitamos, ainda, que a empresa comprove o endereço onde deverá ser realizada a visita técnica solicitada. No local deverão estar os equipamentos e documentação determinados nesta peça. A mesma deverá, ainda, manter a permanência de seus técnicos que deverão apresentar e manusear os equipamentos para a equipe técnica. Essa comprovação deverá ser repassada às secretarias requisitantes com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência da data pré estabelecida para realização da visita técnica.
- Os servidores das secretarias requisitantes que integrarão a visita técnica não executaram, em nenhuma hipótese, qualquer atividade de montagem, execução, apresentação, transporte ou qualquer uma advinda de realização da diligência.
- Todo o cumprimento da diligência, desde os aspectos técnicos aos operacionais, serão de inteira responsabilidade da empresa recorrida.

Ressalta-se que a adoção da diligência proposta encontra respaldo legal e tem por finalidade assegurar maior robustez ao processo administrativo, prevenir eventual inexecução contratual e preservar o interesse público, especialmente diante da relevância institucional dos eventos promovidos pelas Secretarias envolvidas.

Diante disso, requer-se ao Pregoeiro o deferimento da diligência técnica acima descrita, como medida de cautela administrativa e fortalecimento da instrução processual.

É o que cumpre informar.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: dc0bfb28-f1b4-49ac-b3c0-9aa73224c9a9
Papel Timbrado Secretaria de Cultura Nº 000028/2026





S E C R E T A R I A D E
C U L T U R A

Assinado por DANIEL FIGUEIRA DE
ASSIS 098.***.***.***
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
12/02/2026 16:58:04

Daniel Figueira de Assis

Secretário de Cultura

Matr.:63.081

Assinado por JOÃO VICTOR DE CARVALHO DUARTE
130.***.***.***
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
13/02/2026 09:55:01

João Victor de Carvalho Duarte

Secretário de Esporte e Lazer

Matr.: 63733

Assinado por KAMILA MOUZA
SANTIAGO DA CUNHA 128.***.***.***
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
12/02/2026 18:56:08

Kamila Mouza Santiago da Cunha

Secretária de Turismo

Matr.: 63.093

